



PODER

Em vitória de Haddad, meta fiscal é mantida

Governo descarta alteração para as contas públicas de 2024. Ministro da Fazenda estava sob pressão para fazer a mudança

» EDLA LULA

A tese do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevaleceu e, ontem, o governo oficializou que não vai apoiar emendas ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 que alterem a meta de déficit zero para o próximo ano. A decisão foi comunicada ao relator do PLDO, deputado Danilo Forte (União-CE), em reunião no Palácio do Planalto.

Em entrevista coletiva após a reunião, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que “não existe nem vai existir qualquer iniciativa do governo de alterar a meta fiscal”.

A avaliação é de que apoiar a mudança da meta não seria uma boa sinalização, já que o governo precisa aprovar projetos destinados a aumentar a arrecadação de impostos.

“O governo acredita que, neste momento, o nosso foco tem de estar concentrado nas medidas que melhoram a arrecadação no país, fazem justiça tributária e esforço de combater qualquer pauta que desorganize o orçamento público”, complementou Padilha.

Haddad, por sua vez, voltou a pedir um “esforço concentrado” para aprovar as cinco medidas pelas quais tem se empenhado este ano.

No Senado, tramitam o projeto de lei que regulamenta as apostas esportivas e outro que prevê a taxação dos fundos das grandes fortunas, chamados offshore e exclusivos.

Já na Câmara, o governo trabalha para concluir a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Tributária. Há também as propostas que abordam as subvenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do fim dos Juros Sobre Capital Próprio (JCP).

O governo encaminhou uma medida provisória tratando da subvenção, mas ainda encontra resistência. Por isso, a matéria pode ser alterada para projeto de lei. No caso do JCP, segundo Haddad, está sendo negociada a melhor forma de encaminhamento.

“São cinco medidas importantes para dar conforto ao relator da LDO, porque tudo isso

Diogo Zacarias



O ministro Fernando Haddad voltou a pedir um “esforço concentrado” para aprovar cinco medidas fiscais que estão no Congresso



O governo acredita que, neste momento, o nosso foco tem de estar concentrado nas medidas que melhoram a arrecadação no país”

Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais

está no Orçamento. Então, é preciso fazer um esforço de fim de ano”, destacou. “Já passaram dois projetos importantes na Câmara, a reforma tributária no Senado, e nós temos de fazer um

esforço concentrado para seguirmos nessa perspectiva.”

O ministro precisa que essas matérias sejam aprovadas porque as receitas previstas no Orçamento de 2024 contam com recursos oriundos desses projetos. Do contrário, o Executivo terá de contingenciar gastos no início do ano que vem, sacrificando, inclusive, investimentos, o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já disse que não admite.

Danilo Forte — que se reuniu com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, na semana passada, para debater a alteração da meta — disse que, agora, vai trabalhar por um orçamento factível. O parlamentar vinha defendendo a mudança na meta fiscal, já na LDO, para que o Orçamento fosse mais realista.

“O governo manteve a posição dele, de meta fiscal zero. Tirou qualquer possibilidade de emenda ao relatório, qualquer mensagem modificativa do que está sendo decidido e a preservação do arcabouço fiscal”,

ressaltou. “O importante é que isso dá equilíbrio à tomada de posição e a garantia de que vamos trabalhar agora para concluir a votação do Orçamento e dar ao país um orçamento factível em 2024”, acrescentou.

Na última segunda-feira, o deputado Lindbergh Faria (PT-RJ) protocolou, na Comissão Mista de Orçamento responsável por analisar a LDO 2024, duas emendas que mudam a meta fiscal para um déficit de 0,75% e de 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Emendas

Ontem, Padilha enfatizou, como havia dito a ministra do Planejamento, Simone Tebet, que a decisão do deputado — vice-líder do governo no Congresso — não foi discutida com o Executivo. “Os parlamentares apresentaram o que quiserem, com as motivações que têm”, argumentou.

O prazo para apresentação de emendas ao projeto da LDO

termina hoje, e a previsão é que o relatório final seja apresentado na terça-feira, com votação concluída até o dia 23.

Segundo informou Padilha, um grupo de trabalho será montado para analisar as propostas dos parlamentares e decidir sobre a necessidade de outras emendas que podem ser apresentadas pelo governo.

O grupo será integrado pelos ministérios das áreas política e econômica; por Danilo Forte, da parte do Parlamento; e pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que também esteve na reunião de ontem.

“Mostramos o interesse do governo de apresentar um texto que estimule que emendas de bancadas e individuais possam atrair mais recursos para o PAC, dando mais especificidade para as emendas”, frisou Padilha, ao destacar que projetos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são prioridade para o governo.

Entenda o caso

Declaração de Lula

A discussão sobre mudança da meta foi reaberta pelo presidente Lula, em outubro, depois de dizer que o déficit zero “dificilmente” seria atingido e que o país não precisava disso. “Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias neste país”, frisou.

A discussão dividiu o governo. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, propôs a alteração da meta para déficit de 0,5% do PIB. Já os ministros de Relações Institucionais, Alexandre Padilha; do Planejamento, Simone Tebet, e da Gestão, Esther Dweck, defenderam a posição de esperar mais informações sobre a aprovação de projetos no Congresso que podem aumentar a arrecadação do governo no próximo ano — e, assim, evitar um contingenciamento de gastos em pleno ano de eleições municipais.

Sob pressão, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu tempo até março, quando deve sair o primeiro Relatório de Receitas e Despesas Primárias de 2024, para que se decida sobre mudança na meta. Ele quer aguardar o avanço das medidas arrecadatórias no Congresso. A busca é por receita extra de R\$ 168 bilhões para garantir o equilíbrio das contas no ano que vem. Haddad apresentou, no início do ano, a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024. A Casa Civil e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, contudo, foram contra por entenderem que o aperto fiscal pode comprometer o crescimento econômico.

O ministro resistiu ao “fogo amigo”, com o argumento de que a aprovação das medidas no Congresso podem elevar a arrecadação. Mas, após as declarações de Lula, as pressões pela mudança da meta voltaram a crescer.

Forte: emenda de liderança pode “evoluir” para 2025

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Forte disse que vai procurar presidente da Câmara e esclarecer emenda

O relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Danilo Forte (União Brasil-CE), afirmou, ontem, que a tendência no Congresso Nacional é que o novo tipo de emenda parlamentar que ficará sob o controle dos líderes partidários, chamada de “RP5”, pode “evoluir” no Orçamento de 2025, caso não avance no de 2024.

O parlamentar afirmou que vai procurar o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes das bancadas para esclarecer o novo tipo de emenda.

“Como é uma inovação, e toda inovação leva um prazo para maturação, pode ser que a RP5 não seja compreendida já para o Orçamento de 2024, mas acredito que a tendência no Parlamento é que ela evolua. Se não der

para o Orçamento de 24, que vai votar até meados de dezembro, possa evoluir para o Orçamento de 2025”, ressaltou o deputado.

A declaração ocorreu após ele ter se reunido com ministros da equipe econômica e do Palácio do Planalto, ontem, para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Forte avaliou que houve uma “deformação” no debate a respeito do novo tipo de emenda, mas que ela traz maior transparência em comparação ao modelo atual.

“Entendo a RP5 como uma evolução, mas é lógico que não faço o orçamento sozinho”, comentou. “Esse debate tem que ser feito no Parlamento.”

De acordo com o parlamentar, a RP5 é um dos pontos que ainda precisam evoluir na

conversa com o chefe da Câmara. “Tenho bom diálogo com o presidente Arthur Lira, e a gente conversa muito”, comentou.

A RP5 será abastecida com os recursos do antigo orçamento secreto, que estão hoje sob a responsabilidade dos ministérios do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O orçamento secreto foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado. Após um acordo do governo Lula com o Congresso, os recursos das antigas emendas “RP9”, código usado para definir o orçamento secreto, foram divididos: metade foi usada para turbinar as emendas individuais e a outra parte ficou sob a responsabilidade de alguns ministérios.



Entendo a RP5 como uma evolução, mas é lógico que não faço o orçamento sozinho. Esse debate tem que ser feito no Parlamento”

Danilo Forte (União Brasil-CE), relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias